

## DESENVOLVIMENTO HUMANO E TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE

### HUMAN DEVELOPMENT AND SOCIAL WORK WITH FAMILIES IN THE NATIONAL SOCIAL ASSISTANCE POLICY (PNAS): CONTRIBUTIONS OF PAULO FREIRE'S PEDAGOGY

Rafael Bianchi SILVA\* 

Claudia de Godoi Ferreira de ALMEIDA\*\* 

**Resumo:** Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) consolida-se no Brasil como um importante espaço de acesso e garantia de direitos vinculados à seguridade social. Tendo como foco principal o âmbito da proteção social básica, pretende-se, neste artigo, refletir sobre as intenções expressas nos documentos que subsidiam esta política pública no que tange aos objetivos do Trabalho Social com Famílias, destacando papel do trabalhador social no processo de desenvolvimento e formação humana colocado em movimento pela política. A metodologia que guiou a investigação foi a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental. A partir de uma análise das publicações referentes à PNAS e tendo como referencial teórico a perspectiva humanizadora da obra de Paulo Freire, observou-se que a postura dialógica e problematizadora proposta por Freire traz efeitos tanto no campo técnico como para o desenvolvimento individual e comunitário no âmbito de política.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento humano. Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Trabalho social com famílias.

**Abstract:** With the implementation of the Unique Social Assistance System (SUAS), the National Social Assistance Policy (PNAS) is consolidated in Brazil as an important space for access and guarantee of rights related to social security. Having as main focus the scope of basic social protection, this article intends to reflect on the intentions expressed in the documents that subsidize this public policy regarding the objectives of Social Work with Families, highlighting the role of the social worker in the process of human development and formation set in motion by politics. From an analysis of the PNAS publications and having as a theoretical reference the humanizing perspective of the work of Paulo Freire, it was observed that the dialogical and problematizing posture proposed by Freire has effects both in the technical field and in the individual and community development in the policy area.

**Keywords:** Human Development. National Social Assistance Policy. Unique System of Social Assistance. Social work with families.

Submetido em 13/07/2020. Aceito em 04/05/2021.

\*Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em Educação (Unesp/Marília). Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Rodovia Celso Garcia Cid – PR-445, Km 380 – Departamento de Psicologia Social e Institucional/Campus Universitário, CEP 86.057-970, Londrina/PR. E-mail: [rafael.bianchi@uel.br](mailto:rafael.bianchi@uel.br)

\*\*Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Rua Tamoios, 10 – Jardim Tupi, CEP:86183-210, Cambé/PR. E-mail: [clau.galmeida@gmail.com](mailto:clau.galmeida@gmail.com)



## **INTRODUÇÃO**

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) demarca, enquanto política pública, um campo de atuação direcionado a promoção da garantia constitucional de acesso a direitos e serviços socioassistenciais. Ela tem como finalidade promover o desenvolvimento individual, familiar e coletivo do público atendido a partir da realização de ações direcionadas para a transformação da realidade social, com ênfase no estabelecimento de uma proposta emancipatória e promotora de autonomia (BRASIL, 2012).

Em um país marcado pelos efeitos da escravidão e da colonização, a PNAS emerge como contraposição ao passado no qual o clientelismo, o dirigismo e a troca de favores caracterizavam a forma como se estabeleciam as relações no campo da assistência social e nas demais políticas sociais (FREITAS; GUARESCHI, 2014). Deste modo, se constitui como a tentativa de operacionalização de uma nova concepção da assistência social, inaugurada pela Constituição Federal de 1988, que busca provocar

[...] uma ruptura com a ideia de assistência social como ajuda ou caridade, como benevolência aos pobres e destituídos de cidadania, propondo uma nova gestão nesse domínio. Com essas alterações, os usuários da assistência social deslocam-se da condição de necessitado ou carente para a condição de portador de direitos sociais (ROMAGNOLI, 2015, p.450).

Este processo, que busca reafirmar o papel do Estado em afiançar os direitos relativos à seguridade social, é também atravessado por demais elementos históricos que compuseram o desenvolvimento das políticas sociais no país, em geral marcadas pela dependência às políticas econômicas adotadas e especialmente influenciadas pelo modelo americano de seguridade, que privilegiava as iniciativas privadas e ações segmentadas e pouco universalizantes (VIANNA, 1998). Nesta direção, ainda que sua implementação enquanto política pública possa promover importantes avanços na política social brasileira, sua materialização esbarra ainda em inúmeros desafios a serem enfrentados para a desvinculação do histórico filantrópico e assistencialista.

Buscando corroborar para o alcance dos objetivos da política e propiciar a superação destas antigas barreiras do serviço, se estabelece a consolidação de um corpo técnico formado por profissionais de diferentes áreas de conhecimento que devem estar orientados à construção de uma atuação interdisciplinar.

Esta nova composição perpassa o entendimento de que a dimensão abarcada pela política pública não deve se restringir unicamente a concessão de benefícios sociais, mas que, para além deles, deve também compor um espaço direcionado a construção de ações capazes de englobar outras dimensões da vida do público atendido. Dentro desta perspectiva, elementos como o desenvolvimento de protagonismo, autonomia e emancipação popular passam a integrar as finalidades do trabalho social a ser realizado nos espaços que compõem a política, além da demarcação da necessidade de desvincular os serviços de uma concepção assistencialista e tutelar.

Para trazer subsídios ao trabalho a fim de favorecer o alcance de seus objetivos traçados para a política, é possível observar, por exemplo, no documento “Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF vol. II” (BRASIL, 2012a) a preocupação em descrever estratégias a serem realizadas junto às famílias que sirvam como problematizadoras de sua realidade, de modo que, a partir de tal operação, os sujeitos possam atuar em prol da melhoria de sua condição de existência, reconhecendo-se como portador de direitos garantidos por lei.

No que diz respeito ao método de trabalho social, propõe-se a recuperação do referencial teórico de Paulo Freire como uma possível abordagem metodológica para a atuação no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Tal proposição fundamenta-se na observação de que a perspectiva freireana se apresenta como uma pedagogia problematizadora alinhada aos objetivos previamente traçados pela política, uma vez que, ao tomar a dimensão educativa para além da instituição escolar, esta perspectiva considera os anseios e a leitura de mundo dos participantes do processo educativo-formativo como base para que se torne “[...] possível construir alternativas para o que se está vivendo [...]” (BRASIL, 2012a, p.89) escapando do fatalismo muito presente nas práticas assistencialistas.

Neste sentido, tendo como ponto de partida a indicação da pedagogia problematizadora de Freire como uma possível abordagem metodológica para o trabalho social e o entendimento de que, ainda que este seja um referencial amplamente difundido no campo das ciências humanas e sociais, tal proposição se trata de um campo teórico pouco explorado no âmbito nos documentos e estudos referentes à Política Nacional de Assistência Social, este artigo tem como objetivo realizar uma discussão acerca dos apontamentos expressos nos documentos que subsidiam esta política pública no que tange aos objetivos do Trabalho Social com Famílias (TSF), destacando papel do trabalhador social no processo de desenvolvimento e formação humana colocado em movimento pela política, especialmente no campo da proteção básica, a partir das ideias de Paulo Freire.

Para tanto, este trabalho configura-se enquanto um estudo teórico delineado com base na pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental. Essa modalidade de pesquisa pressupõe uma análise integrada do fenômeno, cuja compreensão não deve estar desvinculada do contexto em que este ocorre e do qual faz parte. Neste enfoque, o estudo bibliográfico permite a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, de modo a auxiliar na construção e definição de um quadro conceitual a respeito do tema a ser tratado (GIL, 1994), ao passo que a pesquisa documental possibilita compreender as características e estruturas que estão por trás do discurso aparente dos fragmentos analisados dentro do campo em análise (GODAY, 1995). Nesta investigação, o procedimento utilizado para o trabalho com os documentos foi a análise de conteúdo, que consiste em técnicas sistemáticas de pesquisa em busca descrição do conteúdo de modo atrelado ao contexto da enunciação e o levantamento de indicadores que permitam a realização de inferência de conhecimentos (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

A partir dessas delimitações a pesquisa foi realizada em três etapas. A primeira etapa consistiu na análise documental de normativas que compõe a Política na Nacional de Assistência Social com vistas a

investigar qual é e como se expressa a proposta de desenvolvimento e formação humana presente na política. Foram utilizados como fonte de análise os documentos oficiais Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) referentes ao âmbito do trabalho na proteção social básica do SUAS. A segunda etapa da pesquisa abarcou o estudo teórico sobre os fundamentos da pedagogia-problematizadora presente nas obras de Paulo Freire. Já a terceira etapa transcorreu de modo a produzir uma articulação entre a compreensão de desenvolvimento humano expressa nos documentos da PNAS e a pedagogia-problematizadora de Freire como subsídio para atuação no Trabalho Social com Famílias.

Com base nesta pesquisa, neste artigo construiremos inicialmente uma visão acerca da proposta de trabalho apresentada nos documentos para analisar, em um segundo momento, a partir de Freire, o papel do trabalhador social no processo de desenvolvimento e formação humana colocado em movimento pela PNAS. Assim, esperamos que ao seu término, essa discussão possa trazer possíveis contribuições da pedagogia freireana para nosso campo de estudo.

## **1. ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social passa a se consolidar no Brasil como um importante espaço de acesso e garantia de direitos vinculados à seguridade social. Tendo como sustentação a Constituição Federal de 1988, que inclui a Assistência Social no escopo dos direitos a cidadania, sua materialização conta com uma série de regulamentações que normatizam a estruturação em âmbito nacional dos aparelhos que a compõe e o tipo de atenção que se pretende oferecer, com destaque à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS-1993), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único Assistência Social (NOB/SUAS-2005).

As demarcações colocadas pela Norma Operacional Básica do SUAS (BRASIL, 2005) apontam que a implementação do sistema tem como foco central o atendimento à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza e/ou fragilização de vínculos sociais e de pertencimento, cujo acesso a direitos e a serviços referentes às demais políticas públicas não tem se efetivado ou sua realização é apenas parcial. Destaca-se também que mesmo sendo a atuação voltada para o atendimento das famílias e comunidades especificadas, as questões abarcadas pela política dizem respeito a problemas de ordem social mais ampla, que incidem sobre a trajetória desta população.

Nesta direção, as políticas sociais emergem na relação entre Estado e sociedade em decorrência da expressão das desigualdades oriundas do modelo societário capitalista que compõe a questão social. Segundo Yamamoto (2008, p.64), a questão social se expressa em

[...] desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Evidencia-se assim uma realidade social complexa na qual a PNAS está imersa, tendo a tarefa de operar com elementos multifacetados inseridos em graves expressões da questão social, o que impõe grandes desafios à materialização das estratégias previstas pela própria política. Frente a este cenário, com vistas a contribuir para a organização da política, os serviços passam a ser ofertados a partir de dois níveis (básica ou especial) onde deve ocorrer a oferta da proteção social que, segundo os documentos, consiste em

[...] no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (BRASIL, 2005, p.16).

Para isso, os serviços contam com a atuação dos profissionais técnicos orientados para o desenvolvimento da proposta de trabalho social defendida pela política com vistas a produzir, através da proteção social,

[...] aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para: suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia (BRASIL, 2005, p.16).

Nesse contexto, às famílias e as comunidades passam a representar o foco central para o delineamento ações que contribuam para a prevenção de riscos sociais por meio da oferta de serviços, benefícios e programas prioritariamente direcionados à “[...] população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (CFP, 2008, p. 28). Esse processo “[...] implica desde o conhecimento das situações familiares até a projeção de ações que venham responder às necessidades postas pelas famílias em determinados territórios e a eleição de abordagens e instrumentos para concretizá-las [...]” (BRASIL, 2016, P. 18).

Enquanto forma de atuação e intervenção a ser realizada no escopo da política define-se a proposta de Trabalho Social com Famílias que consiste em

[...] um conjunto de procedimentos implementados por profissionais, a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo. Ele tem por objetivo contribuir na e para a convivência de um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, a fim de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário de maneira “preventiva, protetiva e proativa” (BRASIL, 2012b, p. 13).

Especialmente no âmbito da proteção social básica, o Trabalho Social com Famílias desenvolve-se no escopo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e tem “a finalidade de fortalecer

a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida” (BRASIL, 2009b, p. 6).

As novas formas de composição das estruturas dos serviços e de suas finalidades marcam a reafirmação da Assistência Social como direito social e dever estatal, uma vez que, embora esteja prevista na Constituição Federal de 1988 (conforme indicado inicialmente) é apenas com a publicação da PNAS (2004) que a proteção social no país ganha contornos de política pública. Este novo cenário traz também o direcionamento à desvinculação do trabalho social de uma prática assistencialista, com ênfase na caridade e na tutela, uma vez que

[...] reconhece-se que um dos maiores desafios do Trabalho Social com Famílias no âmbito do PAIF é superar o predomínio do agir tutelar no atendimento das famílias; a extrema valorização da racionalidade técnico-instrumental, e não da razão comunicativa; e a ênfase no controle, e não na emancipação [...] Assim sendo, a opção do trabalho social precisa ser a da emancipação (BRASIL, 2012a, p.93).

A realização deste trabalho, em especial nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conta com a atuação a partir de equipes de referência que devem atuar de maneira interdisciplinar, conforme exposto na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), articulando suas práticas no exercício do trabalho social a partir da participação dos técnicos que as compõem. A adoção do enfoque interdisciplinar como base para a atuação funda-se no entendimento de que as ações no campo da assistência social são realizadas em uma realidade social complexa e multifacetada, o que, por sua vez, exige dos atores da política “respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações” (BRASIL, 2009a, p. 64). Prospecta-se que as equipes de trabalho possam dessa forma construir uma atuação que se distancie de uma prática tecnicista e independente e que, tendo como base o contexto social em que se inserem, tenham condições de integrar conhecimentos oriundos das diferentes especialidades de forma a abarcar de maneira mais ampla demandas suscitadas no campo de atuação.

Enquanto objetivos do trabalho, os documentos referentes ao Serviço de Proteção Integral às Famílias (PAIF) apontam para a necessidade de desenvolvimento da autonomia e empoderamento das famílias de modo a potencializar, de um lado, seu caráter protetivo em relação aos membros que necessitam maior atenção (como crianças e idosos, por exemplo), quanto também à possibilidade de intervenção no campo social de modo a potencializar melhores condições de vida. Espera-se que através das intervenções dos técnicos atuantes no serviço, seja possível afastar-se de posições de passividade para “[...] favorecer processos de mudança e de desenvolvimento de protagonismo e da autonomia, prevenindo a ocorrência de situações de risco social” (BRASIL, 2012a, p.23).

Desse modo, o trabalho com as famílias, precisa partir das condições e problemáticas vivenciadas pelos usuários participantes dos serviços oferecidos de forma que o equipamento da política pública – CRAS

– possa servir como um espaço de vivência capaz de fomentar transformações no tanto no campo individual como comunitário. Esse processo implica na possibilidade dos sujeitos “[...] apreenderem-se como resultado das interações entre os contextos familiar, comunitário, econômico, cultural, ambiental entre outros nos quais estão inseridos, assumindo-se como sujeitos capazes de realizar mudanças [...]” (BRASIL, 2012a, p.24).

Entendendo o ser humano em sua dimensão histórica e cultural, considera-se que mesmo sob situações complexas e de difícil operação, tem-se que tomar como ponto de partida a possibilidade de ampliação das potencialidades humanas que foram, devido à condição social excludente e opressiva vivenciada, sendo direcionadas ou manejadas de modo a permanência em uma posição de passividade que tende, entre outras coisas, a esperar do outro (incluindo aqui o poder público) a modificação da realidade. Para tanto, dentro da proposta do SUAS, deve-se adotar metodologias que apresentem

[...] componentes que estimulem a participação das famílias e seus membros, contribuam para a reflexão sobre suas condições de vida, valorizem os saberes de cada um, propiciem uma visão crítica do território, permitam o reconhecimento do dever estatal em assegurar direitos, possibilitem a vivência de experiências, fortaleçam suas capacidades para construir alternativas de ação e, assim, auxiliem no processo de conquista de cidadania. (BRASIL, 2012a, p.88).

Assim sendo, o trabalho precisa tomar como premissa a prática democrática, entendida aqui, como a potencialidade de ampliação dos meios de participação popular dentro da esfera da política pública, escapando de estratégias de domesticação e controle próprios de uma postura autoritária. Por essa razão, como bem expressa as “Orientações para Trabalho no PAIF”,

[...] o foco do acompanhamento familiar deve ser a abordagem cidadã e emancipatória, centrada no resgate dos saberes, superação de preconceitos, estímulo das potencialidades e enfrentamento dos conflitos familiares, de modo a respeitar as crenças e valores das famílias atendidas, valorizar o exercício da participação democrática, da tolerância, da cooperação, do respeito às diferenças, possibilitando a reflexão crítica sobre as vulnerabilidades e possibilidades, estimulando projetos coletivos, desenvolvendo princípios e valores relacionados aos direitos, à cidadania e à democracia (BRASIL, 2012a, p.74).

Frente às demandas de desvinculação de ideários assistencialistas e tutelares ao Trabalho Social com Famílias, faz-se necessário um aprofundamento acerca papel do trabalhador social no processo de desenvolvimento e formação humana colocado em movimento pela política de Assistência Social. Uma vez que este aprofundamento demanda aportes teóricos que traga contribuições aos entraves da política, tomaremos como base para a reflexão a pedagogia problematizadora de Paulo Freire e sua articulação com as particularidades do trabalho social, tendo em vista que este é um referencial apontado para a atuação da proteção social básica no âmbito do PAIF (BRASIL, 2012a) sem que haja um maior aprofundamento conceitual, além de ser pouco citado nos demais documentos da política.

## **2. TRABALHO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A PERSPECTIVA DE PAULO FREIRE**

Como já pontuado, a composição das equipes técnicas e dos serviços específicos busca promover melhores alternativas de acompanhamento aos usuários para além das ações pontuais voltadas para demandas imediatas. Nessa perspectiva, no desenvolvimento das práticas no trabalho social

[...] consideram sempre as necessidades imediatas, mas prospectam, a médio e a longo prazos, a construção de novos padrões de sociabilidade entre os sujeitos, ou seja, guia-se pela premissa da democratização dos espaços coletivos e pela criação de condições para a disputa com outros projetos societários (MIOTO & LIMA, 2009, p. 40-41).

Retoma-se a ideia de que o TSF deve se estruturar como uma atuação de caráter contínuo na qual, ao longo do acompanhamento das famílias, deve-se contemplar o suporte às demandas concretas e urgentes ao passo que também seja conduzido a um processo constante de desenvolvimento de potencialidades. O que se propõe a partir disso é composição de um trabalho junto aos usuários que, em âmbito individual e coletivo, propicie um movimento de abandono da passividade em direção ao desenvolvimento de uma postura reflexiva acerca realidade social enfrentada que se desdobre em ações participativas e decisórias no processo de enfrentamento desta realidade. Para tanto, torna-se necessário que o trabalho promovido nos serviços abra o espaço para a presença ativa e não tutelada dos usuários em seu próprio processo de desenvolvimento. Com isso, evidencia-se que

Possibilitar a participação democratiza o Serviço, leva à definição de estratégias e conteúdos adequados à realidade das famílias, bem como contribui para o alcance de aquisições por parte dessas famílias, no que concerne à conquista de autoestima política, empoderamento, autonomia e protagonismo. (BRASIL, 2012a, p. 84).

Deste modo, demanda que as ações em andamento nos serviços tenham uma configuração que contemple e promova este tipo de interação entre os integrantes do processo. No que diz respeito aos modos de atenção e atendimento às famílias, é expresso que:

As ações de atendimento direto às famílias se desenvolvem através da interação entre técnicos e famílias. Espera-se que as ações projetadas nesse âmbito promovam mudanças no campo das relações familiares e das relações das famílias com outras esferas da sociedade, buscando tornar transparentes as estruturas dos serviços, visando o alcance dos direitos às políticas sociais. De forma geral, implicam a socialização de informações e o desenvolvimento de um processo reflexivo, característico da pedagogia-problematizadora (BRASIL, 2016, p. 27).

A partir de tal pontuação, destaca-se o entendimento de que processo esperado apresenta correlações com a atuação em uma perspectiva problematizadora característica da proposta freireana. Neste caminho, para investigar os processos de formação e desenvolvimento humano que se expressam no



trabalho social com base no referencial de Paulo Freire, torna-se importante a compreensão acerca das proposições teóricas que demarcam o pensamento do autor.

Tendo como base o caráter histórico e da historicidade dos homens, a perspectiva freireana tem como ponto de partida o reconhecimento de que homens e mulheres se constituem enquanto “[...] seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada” (FREIRE, 1970, p. 72), isto é, reconhece que tanto o humano quanto a realidade não são entidades estáticas e imutáveis, mas que, ao contrário, encontram-se em contínuo movimento de mudança. Inserido no constante movimento da história e sabendo-se inconcluso, o homem é capaz de “[...] refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais [...]” (FREIRE, 1979, p. 27).

Desta forma, a incompletude do humano direciona a relação com o mundo como um caminho aberto de possibilidades no qual “a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a” (FREIRE, 1967, p. 50). Assim, na medida em que transforma seu mundo, transforma a si mesmo no processo, também se humanizando.

Entretanto, ainda que, de acordo com Freire, a humanização se apresenta como vocação humana, sua viabilidade pode ser contraditada no movimento da história. Isso porque ambas, “humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão” (FREIRE, 1970, p. 30).

A desumanização, como realidade possível e concreta dentro da história, não é avistada como um destino dado e determinado, mas sim a partir dos processos dos quais ela decorre (FREIRE, 1970, p. 30). Ou seja, como resultado de uma ordem social injusta e desigual que nega a homens e mulheres a possibilidade serem sujeitos de seu processo de humanização através da exploração e da opressão que os transforma em objetos. Dessa forma, o que se encontra em impedimento é a própria condição ontológica humana de ser mais, ou seja, expressão da natureza humana que não se basta às condições materiais de existência e busca a ultrapassagem do que está posto, em um ato de rebeldia que afasta a posição de opressão e resignação.

Assim, a compreensão dos efeitos da opressão, seus modos de perpetuação ou interrupção se coloca como tema relevante ao trabalho social na proposta da PNAS, na medida em que,

[...] a proteção social de assistência social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana (BRASIL, 2005, p.16).

Tomando como direcionamento a proposta pedagógico-formativa desenvolvida por Paulo Freire, inicialmente torna-se importante retomar a crítica por ele realizada quanto ao modelo de educação bancária. O autor aponta que este se caracteriza pelo depósito de comunicados e informações, no qual o está em jogo

é estabelecer uma cópia do mundo, com o objetivo de “[...] controlar o pensar e a ação, levando os homens ao ajustamento ao mundo. É inibir o poder de criar, de atuar [...]” (FREIRE, 1970, p. 65). Nesse sentido, tal proposta formativa compromete o desenvolvimento da autonomia visto que culmina na reiteração de uma posição de acomodação ao mundo vivido. Mais do que isso, limita-se a capacidade comunicativa que está intimamente relacionada com a capacidade de compreender a rede de relações ao qual o homem está imerso.

Um dos principais elementos da prática pautada na educação bancária consiste no estabelecimento de uma postura antidialógica. Essa se caracteriza, segundo Freire (1977, p. 108), em uma relação vertical de A sobre B que coloca este último em uma posição acrítica e incapaz de promover criticidade. A reprodução desta postura no contexto da política de Assistência Social, através da recusa à comunicação entre técnicos ou entre técnicos e usuários, limita a oportunidade de fala dos demais atores da política e impõe a esses a oferta de comunicados expressos por meio de falas propositivo-impositivas. Enquanto resultante desta postura tem-se adoção de uma posição de passividade por parte dos usuários da política pública, de forma que sua presença dentro do trabalho social com famílias pode ser minimizada quanto às potencialidades de sua intervenção.

Ao substituir a dialogicidade pela doação de informações e comunicados, o caráter antidialógico leva a perpetuação de elementos do assistencialismo na medida em que mantém a “falta de oportunidade para a decisão e para a responsabilidade participante do homem, característica do assistencialismo, que leva suas soluções a contradizer a vocação da pessoa em ser sujeito” (FREIRE, 1977, p. 58), resultando no estabelecimento de uma relação que direciona o outro a posição de mudez e submissão. Nesta relação, forma-se:

O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tomada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir (FREIRE, 2000, p.36).

Sua materialização no serviço pode ocorrer desde a adoção de uma posição de caridade e pena ou até mesmo pela construção de planos de intervenção sem a participação da comunidade alvo do processo, sendo ambos exemplos que indicam uma pretensa superioridade por parte dos agentes da política em relação aos usuários atendidos. Assim, superar o assistencialismo dentro do trabalho social com famílias consiste também em superar a adoção de uma postura antidialógica pelos profissionais que atuam na política de Assistência Social.

Analisados os efeitos das ações antidialógicas e sua incongruência com as finalidades da política, elementos como o diálogo, a construção de uma posição horizontal em relação aos saberes e a prática de uma escuta (que pressupõe a possibilidade do outro falar) tornam-se fundamentais para que a atuação técnica e os processos de desenvolvimento humano sejam colocados em movimento. A partir disso, cabe agora

investigar os pressupostos da teoria freireana que apresentam subsídios possíveis para a construção desta prática.

Escapando de uma visão de realidade enquanto entidade fixa e imutável, a perspectiva freireana aponta que através da problematização do vivido torna-se possível a construção de novas formas de enfrentamento às dificuldades postas pelo mundo. Ao ultrapassar uma visão fatalista e construir uma proposta pedagógico-formativa ancorada na crença no sujeito e em sua capacidade de abandono da posição de passividade perante o mundo, o autor traça as bases de uma prática educativa que extrapola as demarcações da educação escolar e se expande de forma a abarcar também outras frentes de ações comunitárias. É nesse sentido que, no âmbito do SUAS, seu referencial é indicado no documento "Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF - Vol. 2" (2012a) como instrumental capaz de subsidiar a prática das equipes interdisciplinares no delineamento de ações junto a comunidade atendida.

Na contramão da noção de depósito de informações presente na educação bancária, Freire indica que o ato de conhecer implica em comunicar-se com o outro em um processo contínuo de trocas. Se tomarmos tal relação de modo recíproco, tem-se a condição primeira para o estabelecimento de uma forma de educação que inclui dois participantes e não apenas um no processo de construção do conhecimento, levando a formação de uma relação de comunhão como base para o desenvolvimento.

Assim sendo, trata-se de uma condição de intercomunicação o que nos leva ao reconhecimento um processo de uma mútua formação. Para tanto, conforme pontua Freire (1983, p.44), “todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo é desta forma, um mundo de comunicação”. Como desdobramento, um sujeito pensante nunca pensa sozinho, mas sempre em conjunto com outro sujeito pensante que atua em coparticipação. Em conclusão, toda educação é sempre comunhão e reciprocidade.

Mas, a partir dessa nova concepção de construção de conhecimento, o que ocuparia o lugar de objeto pensado? Se tomarmos a relação entre a equipe técnica e os participantes usuários da política, o que liga os envolvidos e fomenta o ato reflexivo e problematizador é o mundo, expresso na comunidade em que os sujeitos se encontram inseridos e na qual a ação socioassistencial tem seu espaço de ser realizada. Partilhado pela equipe e pelos usuários, esse universo de ação se apresenta como elemento comum aos diferentes agentes da política e pode potencialmente possuir um caráter mediador entre eles.

A reflexão que se propõe com base na perspectiva freireana “não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo” (FREIRE, 1970, p. 70). No âmbito da Assistência Social isso implica na reflexão dos elementos que compõe o mundo concreto ao qual os sujeitos estão inseridos, de modo que a compreensão do território no qual o trabalho é realizado se constitui como uma das bases para o delineamento de ações.

Entender o território como elemento conector entre as relações presentes nos equipamentos da política o faz mediador do diálogo na medida em que, ao olhar para a comunidade, os diversos sujeitos que operam a política podem ver-se imersos na mesma realidade e presentes em uma dimensão compartilhada que fornece subsídios para a identificação de elementos comuns. Através destes, surge a comunicação e se propicia um campo aberto à diversas possibilidades de materialização do trabalho social.

A identificação de elementos comuns a partir do estabelecimento de um encontro dialógico propicia também a aproximação entre os saberes, sejam eles o saber popular ou os saberes técnicos das diferentes formações, tornando possível direcionar-se conjuntamente a um ato de criação, na relação com a comunidade, para a proposição de um novo conhecimento, construído de maneira coletiva e contextualizada.

Em contrapartida, faz-se necessário o reconhecimento de que “neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais” (FREIRE, 1970, p.81). No contexto do SUAS, conforme indicam os documentos da política, a adoção da perspectiva da desenvolvida por Paulo Freire para o desenvolvimento do trabalho social com famílias exige

[...] o exercício, nem sempre fácil, de reconhecimento das famílias usuárias do PAIF como portadoras de saberes anteriormente adquiridos e como protagonistas de sua própria história. Exige também que se reconheça que todos os seres humanos têm caminhada histórica, sendo sujeitos de historicidade e fazendo parte de uma história social mais ampla. Possuem assim diferentes formas de ver o mundo e de enfrentar situações – são, portanto, seres culturais com práticas de significação do mundo, de si próprios e dos outros (BRASIL, 2012a, p. 91).

Ao partir do entendimento de que toda educação é comunhão, todo o processo de produção de conhecimento é necessariamente resultado do encontro entre sujeitos ativos e coparticipantes que, implicados no processo reflexivo, produzem novas leituras sobre si e sobre o mundo. Desta forma, a produção de novas formas de enfrentamento das demandas da comunidade perpassa a possibilidade de expressão dos sujeitos, através da oferta de espaços de fala e de diálogo.

A experiência dialógica promove, a partir da pronúncia do mundo através das palavras, que homens e mulheres se insiram em um processo reflexivo acerca de suas condições concretas de existência, processo este que os direciona à ação sobre esta realidade (FREIRE, 1970). Assim, ainda que imersos em um contexto social de difícil operação, os sujeitos inseridos nesse processo tornam-se capazes de se perceberem enquanto presença potencialmente transformadora da realidade, passando agora a enxergá-la como “uma realidade histórico-cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada por eles” (FREIRE, 1979, p. 50).

Enquanto resultante, tem-se o comprometimento com uma proposta formativa que direciona para o desenvolvimento da capacidade dos usuários de assumirem-se como sujeito de direitos, atuantes em uma realidade familiar, comunitária e social. Desta maneira, o trabalho social a partir de uma perspectiva problematizadora e crítica se mostra como uma forma de atuação que pode contribuir para a emergência

do papel ativo do homem, seu exercício de autonomia e responsabilidade participante nas mudanças sociais. Corrobora assim para que

[...] aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se “apropriam” dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles. O fatalismo cede, então, seu lugar ao ímpeto de transformação e de busca, de que os homens se sentem sujeitos (FREIRE, 1970, p. 74).

Além disso, oferece insumos para o estabelecimento de relação dialógico-reflexiva entre os atores da política que permite romper com práticas de silenciamento próprias de relações da opressão, retomando a possibilidade de participação em espaços de fala e a presença na criação de solução aos problemas comuns. Assim, favorece a instauração de um processo reflexivo entre os atores da política que, segundo os documentos

[...] pode ser caracterizado como a experiência na qual as pessoas mudam sua maneira de compreender o mundo e as relações humanas. Através dele pode-se enriquecer a maneira como encaram a si mesmas, os outros e a realidade, ao mesmo tempo em que se envolvem na conquista de novas forças e de novos instrumentos para transformar a realidade vivenciada. (BRASIL, 2016, p.27).

Nesse sentido, a experiência de se pronunciar sobre de sua realidade permite a instauração da reflexão acerca do mundo que nos cerca e seus desdobramentos para a compreensão acerca da historicidade humana e para a construção coletiva de que,

[...] mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que esses obstáculos não se eternizam (Freire, 2003, p.54).

Implica, por sua vez, não apenas em entendimento teórico como também, em uma revisão do lugar ocupado pelos técnicos da política pública na realização do trabalho. Nesse sentido, destaca-se que

Compreender o papel ativo do indivíduo e a influência das relações sociais, valores e conhecimentos culturais sobre o desenvolvimento humano pode favorecer a construção de uma atuação profissional que seja transformadora das desigualdades sociais. Ao levar em consideração essa dimensão do desenvolvimento dos sujeitos, contribui-se para a promoção de novos significados ao lugar do sujeito cidadão, autônomo e que deve ter vez e voz no processo de tomada de decisão e de resolução das dificuldades e problemas vivenciados. (CFP, 2008, p. 27)

Trabalhar nesta perspectiva se distancia da replicação ou reprodução de determinado saber técnico para direcionar-se de forma coletiva a um ato de criação, na relação com a comunidade, para a proposição de um novo saber promovido pela articulação dos conhecimentos prévios oriundos de cada ator presente no processo de trabalho. Desta forma, ressalta o papel do homem “no mundo e com o mundo. O seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto” (FREIRE, 1977, p. 109, grifo do autor), tornando possível o estabelecimento de uma relação na qual as famílias atendidas “sejam reconhecidas como sujeitos de sua

transformação e atores do seu processo de desenvolvimento” (BRASIL, 2012, p. 74), tal qual é almejado pela política.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A consolidação da Política Nacional de Assistência Social demarca a estruturação de novos arranjos para a compreensão e oferta de serviços sócio-assistenciais que demandam mudanças nas perspectivas adotadas e nos processos de trabalho a serem desenvolvidos. Tendo como foco principal a garantia de proteção social aos usuários atendidos, este novo enquadre tem como objetivo operar um modelo emancipatório no qual a proteção social deve estar voltada para o desenvolvimento humano e social. Nesta direção, a oportunidade para o desenvolvimento de autonomia, protagonismo e de assunção de um papel ativo frente aos desafios sociais passam a compor as finalidades do trabalho social a ser realizado.

Em um campo de atuação marcado por realidades complexas e difíceis de serem manejadas, dado ao contexto opressivo que incide sobre a trajetória dos usuários dos serviços, o trabalho a realizado nesses espaços demanda propostas de ação direcionadas à ampliação das potencialidades humanas. Esse caminho de desenvolvimento e formação humana aposta na capacidade de rompimento com posturas passivas e fatalistas, de forma a reconectar os sujeitos a participação em ações de mudança. Neste movimento, refletir acerca das questões levantadas por esse campo a partir da obra de Paulo Freire possibilita direcionar o olhar a importantes aspectos presentes nos processos a ele correlatos.

Conforme indicado anteriormente, o pensamento do autor aponta para compreensão de um ser humano que, por ser inconcluso e se saber como tal, está aberto a possibilidades, mantendo-se em constante processo de desenvolvimento em busca de ser mais. Entretanto, destaca-se que, uma vez cerceado em suas possibilidades em decorrência da opressão social, instauram-se relações desumanizantes que limitam as condições para que homens e mulheres se tornem sujeitos de seu movimento de transformação de si e do mundo. Desta forma, em um contexto em que os empreendimentos profissionais estão centrados no atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social, ressalta-se a necessidade de rompimento com prática de reforcem padrões de dominação.

Nessa direção, a crítica de Paulo Freire à educação bancária coloca em cena os impactos se adotar modos de atuação que privam homens e mulheres da possibilidade de serem sujeitos de seu processo desenvolvimento ao transformá-los em objetos. Tais modelos, expressos em posturas autoritárias e antidialógicas, reproduzem o depósito de informações e os dirigismos, operando na negação à participação e na imposição da passividade perante o vivido. Assim, distanciam-se do alcance das finalidades da política e comprometem os processos de desenvolvimento promovidos por ela.

Em contrapartida, a proposta freireana apresenta, através da problematização da realidade (marcada fundamentalmente pela condição de opressão), elementos centrais como o diálogo, a horizontalidade entre o saber técnico e o saber popular e comunhão entre os sujeitos atuantes no processo, que se articulam na

construção de uma proposta formativa comprometida emergência de sujeitos que, sabendo-se inseridos em um contexto social, econômico e político de difícil operação, possam reconhecerem-se como capazes de realizar transformações sociais.

Entendemos que, na medida em que no escopo da política pretende alocar ações capazes de abarcar a dimensão de desenvolvimento dos sujeitos atendidos, de modo a potencializar a capacidade de criação e construção de novas formas enfrentamento às dificuldades postas, a pedagogia problematizadora pode trazer contribuições ao trabalho social uma vez que apresenta uma perspectiva de desenvolvimento e alinhada ao projeto do SUAS. Para tanto, cabe aos instrumentos da política propiciar condições para o estabelecimento de relações dialógico-reflexivas que permitam que usuários, na relação de uns com os outros e destes com a equipe técnica, possam vivenciar a experiência assumirem-se enquanto seres comunicantes capazes de atuar em uma realidade familiar, comunitária e social.

Os pontos indicados acima reivindicam como prerrogativa uma disponibilidade técnica para a abertura de espaços de produção conjunta de respostas às demandas emergentes no contexto de atuação. Trata-se, portanto, de uma ótica que abre possibilidade para novos desdobramentos em estudos, pesquisas e práticas no campo da proteção social de modo a prover os aprofundamentos ainda necessários e as ampliações possíveis a esta concepção até então pouco investigada nesta área.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS\SNAS, 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB\SUAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: MDS\SNAS, 2009a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – volume I**. Brasília: MDS\SNAS, 2012b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – volume II**. Brasília: MDS\SNAS, 2012a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2004.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREITAS, Cristiane Redin; GUARESCHI, Pedrinho A. A Assistência Social no Brasil e os usuários: possibilidades e contradições. **Diálogo**, n. 25, p. 145-160, 2014.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. **São Paulo: Atlas**, v. 199, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; DE LIMA, Telma Cristiane Sasso. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 8, n. 1, p. 22-48, 2009.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Problematizando as noções de vulnerabilidade e risco social no cotidiano do SUAS. **Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 3, 2015.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, 1998.

---

### **Contribuições dos autores**

**Rafael Bianchi Silva:** autor e revisor

**Claudia de Godoi Ferreira de Almeida:** autora e revisora

---